



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

53.º aniversário da Revolução de Outubro A U.R.S.S. NA ALVORADA DO COMUNISMO

O 53.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro coincide com a aproximação do termo do plano quinquenal de desenvolvimento da União Soviética, iniciado em 1965.

Neste 7 de Novembro, associar-se-ão as manifestações de júbilo pela vitória histórica alcançada, em 1917, pelo proletariado russo sob a direcção do grande Lénine, cujo centésimo aniversário do nascimento se comemorou este ano, e as manifestações de respeito decorrentes da certeza de que o povo soviético guiado pelo seu glorioso P.C.U.S. cumpriu e ultrapassou o plano quinquenal.

Facendo o balanço da realização do plano, o camarada Bresnev anunciou, em Junho, que o rendimento nacional da URSS atingirá, em fins de 1970, 27,5 bilhões de rublos (o rublo vale cerca de 39500), contra 193,3 bilhões, em 1965, o que representa um crescimento de mais de 89 bilhões de rublos em números absolutos, (tanto como o valor total do rendimento nacional em 1964) e de 42%, em percentagem. A produção industrial aumentou de uma vez e meia (tanto como a produção industrial total dos dois primeiros planos quinquenais tomados em conjunto). Na agricultura produziu-se anualmente, em média, ao longo do quinquénio, mais 32 milhões de toneladas de cereais do que nos anos 1941-1963. A produção de carne aumentou de 53%, ultrapassando o previsto. O consumo da manteiga cresce em 27%, o do açúcar em 29%, e o da carne em mais 6 quilogramas por habitante. A superfície habitada ocupa-se em mais de 500 milhões de metros quadrados. Mais 125 mil médicos tratam os doentes da medicina soviética, enquanto os quadros científicos se reforçam com mais 275 mil novos especialistas.

« Acção Revolucionária Armada » (ARA)

Assinado pelo Comando Central desta organização revolucionária chegou-nos às mãos um comunicado em que anuncia a primeira operação com êxito a primeira operação revolucionária armada contra o aparelho de guerra colonial do governo fascista e colonialista. Em virtude dessa acção ficou imobilizado na doca de Alcântara, em Lisboa, com um grande rombo, o navio Cunéide, de 16.000 toneladas utilizado para alimentar a guerra de opressão colonial.

Salientando que ao atacar a máquina de guerra colonial não está contra os soldados, os sargentos e oficiais honrados, forçados a fazerem uma guerra que odeiam, o Comando Central da Acção Revolucionária (ARA) destaca que a sua acção revolucionária será conduzida « no quadro da luta geral do povo português contra a ditadura fascista e pela conquista da liberdade » e não se

Os grandes êxitos alcançados pelo povo soviético, sob a direcção do PCUS, na realização do plano quinquenal, representam um passo decisivo na construção da base técnico-material do comunismo e anunciam que os povos da União Soviética vivem já os alvares da sociedade comunista.

Mas o fortalecimento do poderio económico, científico e consequentemente militar da União Soviética não beneficia apenas o povo soviético, ele reflecte-se positivamente sobre a situação das massas exploradas do mundo capitalista — impulsiona o movimento revolucionário mundial, influencia a correlação de forças na arena internacional a favor do socialismo e da paz.

Vanguarda e baluarte da frente anti-imperialista mundial, a União Soviética assiste com a sua solidariedade revolucionária a todos os povos em luta contra o imperialismo e o colonialismo; particularmente aqueles que, num lado momento, ocupam as linhas mais difíceis de combate como acontece com o povo heróico do Vietnam, os povos do Laos e do Camboja, os povos árabes, o povo cubano e os povos das colónias portuguesas, que pela voz dos seus dirigentes puseram em destaque, na recente Conferência de Roma, a ajuda material política recebida da União Soviética.

O povo português, na sua luta sem tréguas contra o fascismo,

designará, afirma, « da luta revolucionária das massas, da luta dos operários e camponeses, da luta dos estudantes e intelectuais revolucionários (...) » antes se propõe secundária até chegar à insurreição popular armada que destruirá para sempre a ditadura fascista e o poder dos monopólios e latifundiários, assim como do domínio imperialista no nosso país.

Notamos com simpatia que a ARA ao propor-se seguir o caminho da acção armada revolucionária vê a sua actividade como parte da luta geral do nosso povo contra o fascismo e em ligação com a luta popular de massas. Nisto se distingue de algumas tentativas malogradas que entre nós têm surgido no plano da acção armada. Este facto é em si mesmo garantia duma acção responsável e de sucesso no caminho que se propõe trilhar.

DEPOIS DO 5 DE OUTUBRO
ORGANIZAR E UNIR
para novas e mais potentes
acções de massas

Nas comemorações dum regime antidemocrático, fascista, as comemorações de datas históricas de fundo progressista só se compreendem quando encaradas como um motivo de luta a enquadrar na luta geral dos democratas e das massas populares contra o fascismo, pela liberdade política. Dentro desta orientação, o P.C.P., tal como em anos anteriores, procurou que as comemorações do 5 de Outubro deste ano fossem mais uma grande jornada de luta antifascista.

Não obstante algumas iniciativas de certa importância que tiveram lugar em várias localidades, ficou-se muito aquém deste objectivo.

Para encobrir o medo
o governo recorre à
repressão e à intimidação

« Nota Oficiosa » do governo de 29 de Setembro, proibindo na prática as comemorações democráticas do 5 de Outubro, como salientou a C. Executiva do Comité Central do P.C.P. num manifesto publicado no mesmo dia, pôs mais uma vez a nu o terror que lhe inspira a reunião de portugueses para discussão de problemas nacionais. As medidas repressivas tomadas pelo governo de M. Caetano, mesmo antes da « Nota Oficiosa », nos centros principais do País, a prisão, em Lisboa e em Cascais, no dia 2 de Outubro, dos democratas Mário Sottomaior Cardie, Estudante Silva e Dominges Constantino Guerra, as provocações e intimidações do bando da PIDE-DGS a (continua na 2.ª páq.)

OS MALABARISMOS DO GOVERNO COM OS PREÇOS DO PÃO E DA CARNE

Como que fazendo mea culpa, o governo vem dizer agora, um pouco do muito que o P. C. sempre tem denunciado.

A dois tipos de farinha esportiva de trigo com extracções diferentes e destinadas a pães diversos (estes pães diversos...) correspondiam pagamentos de diferenças por parte de uma e recebimentos de subsídios por parte de outra, de que resultavam muitos possibilidades de mistura, mas também de introdução, igualmente fraudulenta, de farinhas de proveniências diversas». E ainda, que o regime de farinhas ao longo de vinte anos « converteu-se num aglomerado de disposições que tornava praticamente impossível combater fraudes e defender a qualidade do pão, qualidade que, diz o governo, « espurava-se que melhora » espera-se apenas — sem que se verifique qualquer aumento.

É um velho disco que se põe a rodar sempre que se trata de expoliar mais o povo trabalhador e de meter mais umas centenas de milhões de escudos na bolsa dos grandes agrários e industriais.

Assim, « consente-se na venda a preço livre de pães com formatos e características especiais e liberta-se também o preço de todos os tipos de pão regional e também relativamente aos pães de ramos ». Este é o processo escolhido para aumentar indirectamente o preço do pão, porque directamente, diz o governo, não convém « nesta altura aumentar o preço do Pão ». Resulta deste jogo que o governo vai dar de mão beijada aos grandes agrários mais 385 mil

contos (sendo 135 mil para subsidiar o aumento do preço dos cereais), a juntar aos 1 milhão e meio de contos que embolsaram em 1969, que o povo laborioso paga naturalmente pelas vias dos impostos, taxas várias, etc.

Chama-se a isto oferecer a mercadoria a 5 depois de terem extorquido 10 ao consumidor. E dizem eles que não aumentam o preço do pão!

O mesmo jogo em relação à carne. A produção nacional é insuficiente para satisfazer a fraca captação dos portugueses. No momento presente falta no mercado, e agrários, intermediários e retalhistas especulam com os preços, o que é, sem dúvida, o prelúdio de novos aumentos oficializados ou de novos e mais substanciais « subsídios » aos grandes agrários, ou ainda às duas coisas ao mesmo tempo.

Nisto de preços, o governo caetanista é pródigo em liberalizar...

Reconversões, emparcelamentos e outras formas de autêntica expropriação dos pequenos camponeses não resolverão nem o problema do abastecimento do país em produtos agrícolas, nem a crise crónica da agricultura.

A solução destes importântes problemas nacionais, como aponta o P.C.P. no seu Programa, exige uma Reforma Agrária que dê à terra a quem a trabalha e

(continua na 2.ª páq.)



DEPOIS DO 5 DE OUTUBRO

ORGANIZAR E UNIR

(continuação da 1.ª pág.)

democratas conhecidos, assim como o grande aparato bélico no dia das comemorações em Lisboa, Porto, Baixo Ribatejo, etc., etc., mostram isso mesmo. Mas também é verdade que provocaram um evidente retraimento de muitos democratas incluindo comunistas.

Importante jornada política

Não obstante isso, a jornada do 5 de Outubro tem aspectos importantes que não deixarão de exercer influência positiva no desenvolvimento da luta antifascista. EM TODA A REGIÃO DE VILA FRANCA podiam ver-se inscrições: **ABAIXO O FASCISMO! VIVA A CLASSE OPERÁRIA! LIBERDADE! AMNISTIA!** etc. Cerca de 100.000 exemplares de manifestos, cartazes e outros documentos foram distribuídos e lançados em várias regiões do País desmascarando a política antinacional do governo fascista e colonialista de Castelar, chamando os democratas e as massas populares à luta pela Liberdade e a Democracia. EM LISBOA, mais de 1.000 pessoas participaram na reunião no cemitério do Alto de S. João, onde também tiveram lugar concentrações junto do teatro Vasco Santana, onde a oratória rebelde, chamando à defesa da Sociedade de Betas Artes, etc., de dever-lhe realizar-se um colóquio, registando-se aqui choques com a polícia.

Em AVEIRO, no teatro local, teve lugar um comício que atingiu um momento alto quando o democrata Dr. VITOR DE ALMEIDA, apresentou um documento da CDE deste distrito sobre o problema colonial.

No Porto, Guimarães, Viana do Castelo, Viseu, Coimbrã, Estremoz, Santarém, Cádiz, Évora, Leiria, Marinha Grande, Alcanena, Alentejo, Beira, etc., muitas centenas de democratas participaram em reuniões, romagens, jantares políticos, etc., que permitiram troca de opiniões e debates sobre o movimento democrático e a situação política nacional e mesmo a abordagem, em discursos, do problema colonial.

Em SACAVÉM, MANIFESTAÇÃO DE RUA em que participaram mais de 1.000 trabalhadores, enfrentando corajosamente as forças repressivas da GNR e da PIDE-DGS, gritaram durante uma hora: «marcha pelas ruas da cidade: VIVA A LIBERDADE! FORA A PIDE! ABAIXO O FASCISMO! AMNISTIA! ABAIXO A GUERRA COLONIAL!» e, a certa altura, foi preso um democrata, mas logo soaram gritos de alarme e a multidão, já engrossada com gente que saía do cinema, avançou suficiente para a GNR que logo largou a presa.

Esta importante acção das massas populares de Sacavém, é mais um exemplo a mostrar a existência de condições favoráveis para a preparação, organização e realização de novas e mais importantes acções de massas contra o fascismo.

Deficiente preparação da jornada do 5 de Outubro

À quase ausência de um verdadeiro trabalho de preparação, com tempo, de organização e de mobilização adaptado à nova situação (diferente da de 1969), devemos atribuir, em primeiro lugar, a fraqueza relativa da jornada de 5 de Outubro deste ano.

Como que à espera da boa vontade das autoridades fascistas, por um lado, e da espontaneidade das massas populares, por outro lado, foi-se deixando tudo para a última hora; não se procurou com determinação por os democratas mais activos de acordo uns com os outros sobre as formas de acção a pôr em prática; não se alertou suficientemente

te a massa dos democratas para as previsíveis manobras divisionistas e medidas repressivas da camarilha fascista, do que resultou a fraqueza das iniciativas e da acção.

Certa fraseologia, ora esquerdista, ora oportunista de águas mornas, usada por algumas Comissões Democráticas na sua propaganda, resultando, em certa medida, do facto de manterem uma fraquíssima ligação com os democratas e as massas (Comissão do Porto, por exemplo) não facilitou em nada, antes prejudicou, a mobilização das massas para a acção. Em Lisboa, a contrastar com a linguagem esquerdista, um documento da CDE, triunfou na prática, no que se refere à romagem, uma concepção de cunho seguidista que consistiu em fazer depender a acção dos democratas da CDE do que fizessem os centros republicanos.

A «compostura», a «calma», a «ordem» e quejandas lançadas pelos velhos republicanos mais ou menos saudosistas (que respeitamos) não podem e não devem ser aceites pelos democratas e antifascistas que têm por objectivo o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da democracia. Para estes a linguagem não pode ser outra que a acção em estreita ligação com as massas pelas reivindicações democráticas e a resistência destas à repressão e todas as arbitrariedades do governo e das autoridades fascistas.

As tendências legalistas, que temos denunciado como um dos principais desvios do movimento, voltaram a manifestar-se, nuns casos, conduzindo pura e simplesmente à inacção, noutros, reduzindo o alcance das iniciativas.

As tendências legalistas que confirmam a actividade democrática no estreito terreno legal concedido pelo fascismo ameaçam de morte o movimento. A luta no terreno legal pressupõe a necessidade de forçar a legalidade fascista, de procurar ampliá-la a cada passo, o que só é possível com a audácia dos dirigentes e a mobilização das massas.

A ausência de estruturas unitárias clandestinas foi factor a dificultar a realização das tarefas que se impunham para que a jornada do 5 de Outubro tivesse atingido um significado político maior.

Melhorar o trabalho do Partido

Nas deficiências apontadas cabe uma grande responsabilidade às organizações do Partido, tomadas colectivamente, e aos comunistas, tomados individualmente, que devem filiar-se em boa medida num deficiente controlo do cumprimento das tarefas por parte dos organismos responsáveis do Partido.

Cabe agora a umas e a outros fazer um balanço da situação e colher todas as experiências válidas para melhorar a actuação futura das organizações do Partido.

A CARAVANA PASSA...

Em correspondência com o seu verbalismo revolucionário, certos indivíduos que por aí passeiam tranquilamente, encarnam-se de preferência na luta contra o P.C.P. Verdade seja que os processos que escolheram não lhes trarão qualquer glória. Hoje lançam ao ar a baleia de que no C. Central do P.C. se entrecrocavam duas correntes que acabarão por se destruir mutuamente. No dia seguinte põem a correr como certo que 5 elementos do C.C. (nada menos) foram expulsos e com um pseudo comité regional do sul rompera com o C.C., naturalmente já destruído. A seguir propagam à boca pequena terem tido lugar expulsões em série no Partido e a existência de dissidências por parte de uns tantos operários daqui e dali.

Como os seus malévolos desejos se não transformam em realidade, voltam à carga. Lançam a calúnia de que o camarada A. está ao serviço da burguesia. No dia seguinte, porém, já o camarada A. passa a ser revolucionário e um bom rapaz e é o camarada B. que passa a ser revisionista e lacão da burguesia. E vão acrescentando que desta vez, sim, a cisão no C.C. é certa, certinha, que arrastará consigo o desmantelamento do Partido.

Inventam então que as recentes operações stop da GNR estão ligadas com uma grande ci-

ção havida no C.C. do P.C., agora sim, é seguro «uma pequena minoria encabeçada por Álvaro Cunha ficou isolada». Por isso, dizem, a maioria regressou ao País para reorganizar o Partido, e daí as tais operações stop.

Estávamos habituados a estes processos de luta contra o Partido da classe operária, mas vindos de outras bandas.

O C.C. do P.C.P., com o camarada A. Cunhal à cabeça não conhece nem pequenas nem grandes cisões, está firme no seu posto de combate à frente do Partido.

Quanto aos alvissareiros «revolucionários» de má fé aconselhámos-os a gastarem as suas energias em melhor causa.

Urbanização fascista

No alto do Parque Eduardo VII, foi inaugurado o «Palácio da Justiça». AI se construirão edifícios dos tribunais, entre eles o «Plenário», cuja função é legalizar a repressão política e tirar para as masmorras fascistas, por longos anos, muitos dos melhores filhos do nosso povo.

Pela sua situação privilegiada o alto do Parque estaria naturalmente destinado a ser um centro de cultura e recreio da população lisboeta. Bibliotecas, Muséus, Salas de Conferências e Espectáculos, Institutos, tal seria a vocação natural dessa zona da cidade, se Lisboa fosse a capital dum Estado democrático e progressivo.

O governo fascista não julgou assim e escolheu um dos mais belos lugares da capital para nele implantar pospositamente um instrumento da injustiça, do arbítrio e da repressão.

É bem certo que a urbanização também tem um conteúdo político e de classe.

Durmam lá eles!

No mês de Agosto foi inaugurado pela C.P., com o aparato das grandes inaugurações (presença dos jornais, rádio e televisão, administradores, dirigentes sindicais, comissão de higiene e segurança, etc.) um dormitório na Calçada da Glória, Lisboa, para o pessoal de trens e revisão.

Entretanto o dormitório agrudou tanto ou tão pouco que todos os ferroviários de serviço de trens e de revisão se recusam a utilizá-lo.

Os malabarismos do governo

(continuação da 1.ª pág.)

uma série de medidas subsequentes que permitam aos camponeses explorar a vantajosamente.

A conquista dum tal Reforma Agrária implica, porém, uma luta encarniçada do proletariado, dos camponeses e de outras camadas laboriosas contra o poder dos monopólios e dos grandes agrários, a sua destruição, e a subida ao poder dum governo democrático que consubstancie as aspirações das massas laboriosas

Os jovens metalúrgicos EM LUTA

Dezenas de jovens metalúrgicos de várias empresas no norte reuniram-se recentemente para trocarem opiniões acerca das suas condições de trabalho e outros problemas do seu interesse.

Algumas informações apresentadas denunciaram alguns aspectos da vergonhosa exploração a que estão sujeitos:

Na Sonelj (Porto), são mandados como aprendizes até irem para a tropa. Além de receberem menores salários até essa altura, encontram novas dificuldades quando regressam, pois são pagos em função da categoria dada.

Na Luis Gonçalves, no Fecor e no Secca (Porto), são obrigados a servir de moços de fretes, e de recados; além de serem forçados a trabalhos violentos.

Na Alberto Marinho (Amarante), são frequentemente castigados com 2 e 3 dias durante os quais são obrigados a trabalhar sem serem pagos. Recebem salários inferiores ao estabelecido no antigo Contrato Colectivo de Trabalho, tal como em relação a férias, trabalhando em péssimas condições de espaço e arreamento.

Na Pro-Sãs e na Oliveira & Ferreirinha (Porto), não têm as indispensáveis condições de segurança.

Nesta reunião, os jovens metalúrgicos decidiram levar a cabo várias iniciativas de carácter reivindicativo, cultural e recreativo. A sua acção deve ser apoiada por todas as formas pelos seus camaradas mais velhos.



NOS SINDICATOS FASCISTAS

Avante, na batalha pelo direito de reunião!

O governo de M. Caetano aperta cada vez mais a mordaça da censura à volta do movimento sindical procurando ocultar as acções mais vigorosas dos trabalhadores neste campo de luta.

Porém, nem a censura nem os mais variadas entraves e ilegalidades têm conseguido impedir que grandes assembleias, mobilizando milhares de trabalhadores nos sindicatos, continuem a ter lugar.

Precedidas de várias reuniões com delegados sindicais das empresas, acompanhadas de numerosas comissões de trabalhadores, tais assembleias mostram que é através da reunião e da discussão que os trabalhadores fortalecem a sua unidade de forma a fazerem fracassar as constantes manobras dos seus exploradores.

3.000 metalúrgicos do Porto aprovam o projecto do novo C.C.T.

No Sindicato dos metalúrgicos do Porto, teve lugar recentemente a maior Assembleia Geral de que há memória neste Sindicato: 3.000 metalúrgicos presentes, em ambiente de grande entusiasmo e unidade, aprovaram unanimemente o projecto do novo C.C.T. e outras resoluções.

Eis algumas das mais importantes resoluções apresentadas no projecto: substatuam-se os salários, pagamento mensal de 30 dias, abolição das zomas na tabela de salários, 20 dias de férias (dias úteis), 130%, de subsídio de férias, pagamento do 13.º mês, semana de 40 horas, feriado no 1.º de Maio.

A Assembleia desmascarou como autêntica burla camuflada o empréstimo de 200 contos ao Grémio dos Ourives feito pela anterior direcção, para financiar o jornal fascista «Diário do Norte». Fora o Instituto Nacional de Trabalho, por incumbência do próprio ministro das Corporações que «aconselhará» a direcção àquele empréstimo e é agora novamente o mesmo Instituto que faz pressão sobre a nova direcção para aceitar apenas 100 contos, para o sindicato não perder tudo!...

2.000 caixeiros de Lisboa em assembleia para conhecer e discutir as decisões arbitrais

Com a ajuda do governo, o patronato manobra para retardar, senão impedir, a homologação dos novos C.C.T. dos caixeiros de Lisboa por não lhe agradarem os resultados das decisões arbitrais. Desta forma, é o secretário do Trabalho, Silva Pinto que intervirá pessoalmente, pressionando a direcção com o pretexto de «inoportunidade» da divulgação das decisões arbitrais antes de serem homologadas e encarregando o governador civil de proibir a realização duma Assembleia Geral marcada para esse fim.

Mas graças à reacção firme da

direcção que soube desmascarar prontamente a ilegalidade ainda no choco, a assembleia teve lugar no dia previsto: 2.000 caixeiros foram informados das decisões arbitrais.

Uma vitória dos têxteis do Porto

Considerando elegíveis os 6 componentes da lista da classe, arbitrariamente impugnada pelo governo do patronato, a decisão do Tribunal de Trabalho não constitui apenas o reconhecimento da razão dos operários têxteis mas sobretudo o resultado da sua acção tenaz e unida.

A luta dos têxteis do Porto por uma direcção da sua confiança no Sindicato entrou assim numa nova fase que ainda exige muitas provas de unidade, vigilância e firmeza.

Manifestando que se mantém vivo o seu espírito combativo, os operários têxteis entregaram ao Sindicato um abaixo-assinado com cerca de 700 assinaturas reclamando e realização duma Assembleia Geral extraordinária para discussão dos seus problemas.

Multiplicam-se as arbitrariedades à sombra da lei e contra ela

A fim de impedirem os trabalhadores de se reunirem e discutirem a melhor maneira de defenderem os seus interesses vitais, o governo e o patronato multiplicam as arbitrariedades e proibições.

Inocuo cunicamente os «termos legais» e a mando do ministro Rebelo de Sousa e do secretário de Estado Silva Pinto, o governador civil de Lisboa proibiu a realização da Assembleia Geral dos Metalúrgicos do distrito de Lisboa.

Em Alentejo, os «fiachos», as forças repressivas intervieram para impedir reuniões no Sindicato dos Lacteiros.

Com a aprovação do ministro das Corporações e secretário de Estado do Trabalho, a PIDE-DGS persegue ostensivamente e ameaça as direcções sindicais e matas combates enquanto funcionários do Instituto Nacional de Trabalho, transformados em agentes da PIDE-DGS, ou estes transformados em funcionários do I.N.T., entram abertamente na devassa dos arquivos dos sindicatos.

As autoridades fascistas vão ao ponto de interferir directamente junto dos donos dos recintos pressionando-os para que não cedam ou retirem as condições feitas de locais para reuniões dos Sindicatos Nacionais (I).

Enquanto foram novas leis que tentam controlar os movimentos dos trabalhadores, o governo e o patronato manobra para que os novos C.C.T. não sejam homologados, preparando uma nova flagrantíssima violação da sua própria lei. Mas encontram a resistência dos trabalhadores, como mostram as acções dos caixeiros de Lisboa em 23 telegramas MARTI, empregados de escritório da C.P. reclamando do ministro das Corporações a homologação dos A.C.T.?

Na reunião de 23 de Maio, em cumprimento dos novos C.C.T., numerosas empresas comerciais de Lisboa, como GRANDALLA, FIAT PORTUGAL, LACTEIOS, MARIANO, LANALGO, LIVRARIA BERTRAND e outras, não hesitam em baixar as categorias de trabalhadores, transferem-nos para outra entidade ou ainda contam com direcções lacaias, etc.

Por seu turno, os senhores da têxtil do Porto, com a ajuda do Instituto Nacional de Trabalho, aceitaram as negociações do novo C.C.T. a fim de que este seja assinado antes de ser feita uma direcção fiel à classe e possívelmente controlar arbitrariamente e a seu gosto as

novas cláusulas do Contrato. Entretanto, governo e patronato tentaram colocar à frente da Federação dos Sindicatos têxteis reconhecidos, azeiteiros: 2 candidatos da sua lista para a direcção do Sindicato, um dos quais o próprio presidente da Comissão Administrativa e o outro precisamente o farsante da impugnação.

Pelo direito de reunião contra os entraves «legais» e ilegais

Os metalúrgicos de Lisboa reagiram imediatamente contra a arbitrária proibição da Assembleia Geral. Em muitas zonas geram-se ajuntamentos de protesto. Junto do Estádio, guardado pela polícia, fizeram várias concentrações de protesto, algumas com 500 metalúrgicos, tendo-se registado alguns choques com a polícia.

Solidariando-se com a luta dos metalúrgicos de Lisboa, as direcções de 12 Sindicatos Nacionais enviaram telegramas de protesto ao presidente do Conselho, ministros das Corporações e do Interior, após uma reunião onde foram analisados problemas relativos à censura, liberdade de reunião, horários de trabalho, arbitragens e homologação. Também os 3.000 metalúrgicos do Porto, em Assembleia Geral, aprovaram um telegrama de protesto ao Secretário do Trabalho e um outro de solidariedade à direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Num relatório em cerca de 50 operários têxteis de várias empresas foi decidido enviar um telegrama ao ministro das Corporações protestando contra a ilegalidade da

eleição na Federação, cuja invalidação o Sindicato do distrito de Braga reclamou, assim como a Comissão Promotora da lista da classe dos têxteis do Porto. Sob a pressão dos protestos levantados contra tal «eleição», o ministro pius-se forçado a anulá-la já depois de anunciada pelos jornais.

Os factos comprovam diariamente que os Sindicatos continuam a ser fascistas e que a demagogia camuflada no campo sindical está sendo energeticamente combatida pela acção dos trabalhadores.

Sem acatar as arbitrariedades e proibições que a cada passo lhes deparam, os trabalhadores devem levar por diante a luta por novos C.C.T. e pela sua homologação imediata, solidarizando-se com a luta dos seus camaradas de outras profissões, apoiando as direcções honestas e defendendo-as da repressão, desenvolvendo reuniões ao nível profissional, regional e nacional para intercâmbio de opiniões, discussões de problemas e coordenação de acções comuns.

Tal é também o caminho para a conquista do direito de reunião, que pressupõe antes do mais a satisfação destas reivindicações fundamentais:

Locais para reuniões e assembleias!
Sindicatos abertos diretamente aos trabalhadores!

Trabalhadores! UNIDOS NA LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIOS! CONTRA AS REPRESSÂNAS PATRONAIS!

C.P. — Reacende-se a luta dos ferroviários. Pressionados por uma Comissão de Trabalhadores da Via Fluvial (barcos das carreiras Barreiro-Lisboa) que deixou bem clara a firme disposição dos trabalhadores de comparem à greve no caso de não ser atendida a sua reivindicação de aumento de salário, os magnates da C.P. tiveram que ceder concedendo aumentos que vão de 850\$00 a 1.300\$00 mensais.

Tendo que tais aumentos estimulassem a luta reivindicativa dos ferroviários, a Administração tratou de chamar «abonos de navegação» a estes aumentos. Porém, não conseguiu impedir que esta vitória tivesse grande repercussão em toda a empresa. Os operários das oficinas do Barreiro enviaram uma série de telegramas ao ministro das Corporações exigindo aumentos equiparados aos dos seus camaradas da via fluvial.

Entretanto, os tubarões da C.P. não desarmam. Um miserável documento de carácter policial posto a circular denuncia de «subversiva» a acção da Comissão Nacional dos Ferroviários e anuncia a instauração de processos disciplinares contra centenas de ferroviários que haviam subscrito um abaixo-assinado reivindicativo.

Só a acção unida e solidária dos ferroviários poderá fazer fracassar estas manobras de intimi-

dação e divisão.

CARRIS (Lisboa) — A luta negra empresa não parou. Apesar da repressão policial e das repressões do patronato, prossegue o trabalho às horas extraordinárias.

DIÁRIO DE LISBOA — Em apoio da sua reivindicação de aumento de salários, os operários gráficos fizeram várias paralisações intermitentes. Foram conquistados aumentos gerais da ordem dos 10%, para todo o pessoal.

METALURGIA NERY (Torres Vedras) — Em 3 secções desta empresa, teve lugar uma paralisação. O pessoal avançou para a gerência e só retomou o trabalho depois do aumento lhe ter sido prometido.

GENERAL INSTRUMENTOS LUISITÂNIA (Arruda) — Cerca de 300 operários concentraram-se na gerência para reclamar aumento. Depois de várias tentativas de intimidação, o patronato prometeu aumentos até ao fim do mês. Mas um exemplo de firmeza combativa das mulheres na luta contra a vergonhosa exploração a que são submetidas.

TUDOR (Castanheira do Ribatejo) — Depois de terem insistido na sua reivindicação de aumento através duma Comissão, os operários passaram ao traba-

(continua na 4.ª pág.)

GAMPAHA DE FUNDOS



Ao lançarmos a Campanha de Fundos do Cinquentenário do Partido não qualquer ser a atingir. Dizemos que o Partido precisa de muitas centenas de contos para poder realizar as tarefas revolucionárias.

Pensamos que deve ser cada uma das organizações do Partido (células, comités locais, comités de zona, comités regionais, etc.) a discutir o problema, a traçar planos realistas, mas audazes, e a cumpri-los na sua actividade política prática.

A recolha de fundos é uma tarefa de grande importância política e, por isso, não basta colocar a necessidade de dinheiro. É preciso discutir a situação política e as perspectivas reais da luta, o que se propõe realizar o P.C.P., quais os seus objectivos políticos a curto e a longo prazo etc.

Os 50 anos de luta abnegada e heroica do P.C.P. são motivo político de enorme importância para a realização com sucesso da tarefa em vista. Por coincidência, 1971 é também o ano do 40.º aniversário do nosso glorioso «AVANTE!» e o 30.º da série actual. Este facto acresce a importância política da Campanha de Fundos do Cinquentenário do Partido que agora lançamos, a qual, estamos seguros disso, será realizada com êxito, trazendo à Caixa Central do Partido os fundos indispensáveis para manter e melhorar todo o trabalho revolucionário contra o fascismo, pela democracia e o socialismo.

Para manter e melhorar, alargar e reforçar o quadro de funcionários, verdadeira espinha dorsal do Partido, para criar-lhe as condições mínimas de trabalho, para manter e reforçar o aparelho clandestino de imprensa, melhorar e tornar mais regular as publicações do Partido, em especial o «Avante!» e «O Militante», é indispensável aumentar regular-

mente as receitas do Partido. Estas vêm das cotizações e contribuições especiais dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido, cuja base principal são os trabalhadores. Sendo parcas as suas possibilidades e disponibilidades económicas, os trabalhadores nunca faltaram com a sua contribuição e com iniciativas próprias para obterem outras quantias mais substanciais — também desta vez não faltarão.

Numa carta dirigida à Direcção do Partido, um camarada diz «que nos devíamos «entusiasmar» todos com a ideia de ser possível contribuir individualmente com um mínimo de 50\$00. Trata-se dum momento especial de uma data particularmente significativa na vida do Partido. Esta campanha duraria todo 1971. Não será possível atingir dois mil contos?» (Os sublinhados são nossos). Por nossa parte acreditamos que sim, embora saibamos que é preciso trabalhar muito.

Haverá, estamos seguros, quem contribua com 50\$00, com 500\$00 e até com 5.000\$00 e mesmo mais. Mas, como dizemos atrás, cabe às organizações e militantes do Partido dar um balanço realista às possibilidades potenciais das massas trabalhadoras, dos intelectuais progressistas, dos estudantes, dos vários elementos da pequena e média indústria e agricultura e do pequeno e médio comércio.

Por agora dizemos: Todos ao trabalho para que a Campanha de Fundos do Cinquentenário do Partido, a decorrer durante todo o ano de 1971, seja mais um êxito político do Partido Comunista Português!

Novembro de 1970

A Comissão Executiva do Comité Central do Partido Comunista Português

Quantias recebidas dos amigos do Partido

| | | | |
|---------------------------------|-----------|---------------------------|-----------|
| Abaixo a guerra colonial | 1.000\$00 | Por um Portugal tiere | 200\$00 |
| Alvaro Cunha (S) | 2.000\$00 | Prado | 200\$00 |
| Amigo democrata (M) | 100\$00 | Presos políticos | 700\$00 |
| Amigo ardoroso | 50\$00 | Idem | 300\$00 |
| Amigo do Partido | 150\$00 | Idem | 300\$00 |
| Ajudá fraterna | 200\$00 | Idem | 1200\$00 |
| Antifascistas da Venezuela | 1.533\$00 | Rádio vermelho | 668\$00 |
| Cinquentenário do P.C.P. | 1.300\$00 | Sr. Maria | 20\$00 |
| Bento Caraca | 2.500\$00 | Sérgio | 472\$00 |
| Dias Lourenço | 30\$00 | Sofia Ferreira | 500\$00 |
| Dois amigos do U.F. | 40\$00 | Um amigo | 1.000\$00 |
| Eduardo | 20\$00 | «barreirense progressista | 150\$00 |
| Emblemas aniversário do P. | 500\$00 | Um amigo do Alentejo D A | 200\$00 |
| Emblemas do P.C.P. | 60\$00 | Um camarada na tropa | 25\$00 |
| «cinquentenário | 600\$00 | Um emblema | 50\$00 |
| «cinquentenário | 570\$00 | Idem | 40\$00 |
| «cinquentenário | 500\$00 | Idem | 110\$00 |
| «cinquentenário | 600\$00 | Idem | 40\$00 |
| Fior de liberdade | 1.000\$00 | Um marxista-leninista | 300\$00 |
| Ho-Chi-Minh | 250\$00 | Unidade e acção | 600\$00 |
| José | 1.000\$00 | Idem | 100\$00 |
| Jovem economista | 100\$00 | Idem | 100\$00 |
| Lagooa vermelha | 220\$00 | Unidos venceremos | 1.000\$00 |
| Liros para o Partido | 153\$00 | Velho camarada | 3.400\$00 |
| Mannel Rodrigues da Silva | 130\$00 | Veteranos vermelhos | 110\$00 |
| Meatilha de Lénine | 300\$00 | Idem | 110\$00 |
| Metalúrgicos vermelhos | 800\$00 | Idem | 110\$00 |
| Necas | 800\$00 | Idem | 30\$00 |
| Nosa luz | 100\$00 | Viva a liberdade | 60\$00 |
| Para o levantamento nacional | 5.000\$00 | Viva a U.R.S.S. | 53\$00 |
| Pela unidade | 2.000\$00 | Viva Lénine | 100\$00 |
| Pelo 30.º aniversário do P.C.P. | 500\$00 | Idem | 20\$00 |
| | | Idem | 100\$00 |

Morreu a camarada Albina Fernandes

A morte da nossa camarada Albina Fernandes, com 42 anos de idade, a maior parte dos quais oferecidos à luta, enche de pesar o nosso coração de comunistas.

Albina Fernandes iniciou muito jovem a sua vida de militante. Em França, onde então vivia, aderiu à Juventude Comunista. Logo após a segunda guerra mundial, veio para Portugal e logo aderiu ao Partido Comunista Português dando desde logo provas de ardente entusiasmo combativo. Poucos anos depois, seguiu o árduo caminho da luta clandestina.

Presa em 1961, Albina Fernandes suportou com valentia revolucionária a repressão policial.

Porém, as desumanas condições prisionais, ao longo de 8 anos de prisão, marcaram a sua saúde frágil. Quando foi finalmente libertada, após uma campanha, já depois de terminada a sua pena, Albina Fernandes tinha o sistema nervoso irremediavelmente arruinado.

Resultaram os métodos de destruição física e mental dos presos políticos utilizados pela Pide. A morte em trágicas circunstâncias

de Albina Fernandes vem juntar mais um nome à longa lista de vítimas do fascismo.

Apesar de ter recorrido a um vergonhoso aparato repressivo e à aberta provocação policial, o fascismo não conseguiu impedir que o funeral de Albina Fernandes, que incorporou cerca de 1.500 pessoas fosse uma verdadeira manifestação popular. A urna foi retirada do carro funerário e transportada aos ombros do povo anónimo, enquanto era entoado o hino nacional entrecortado por gritos de «Abaixo o fascismo!», «Abaixo a Pide!», «Avante!», «Liberdade para Octávio Pato!», «Abaixo a guerra!», «Viva o Socialismo!», «Viva a Liberdade!».

A corajosa comunista que foi Albina Fernandes, o «Avante!» presta também a mais sentida homenagem. Ao nosso camarada Octávio Pato, membro do Comité Central do nosso Partido, preso nas masmorras de Peniche, todos os que trabalham no «Avante!» dirigem os mais sentidos pésames pela dolorosa perda que acaba de sofrer.

APOIEMOS AS ACÇÕES DE PROTESTO DOS PRESOS DE PENICHE!

Uma onda de protestos foi desencadeada no Forte de Peniche pelos vários pavilhões contra a insuficiência e a má qualidade da comida, por assistência médica digna desse nome e outras reivindicações. Estas acções, que tiveram lugar em dias sucessivos nos meses de Março, Abril e Maio, tomaram o aspecto de levantamentos de rancho, tendo forçado as autoridades a pequenas cedências.

Porém, os presos têm todas as razões para recuar que as pequenas melhorias alcançadas pela sua luta lhes sejam retiradas dum momento para o outro. Com efeci-

to, prossegue o tradicional roubo nas verbas do rancho e nos próprios géneros alimentícios, de que o director é o principal beneficiado, de conivência com o económico, o fiel e o cozinheiro da prisão.

A proibição dos advogados falarem com os presos sem a presença dum funcionário da cadeia e outros aspectos da situação prisional em Peniche foram recentemente denunciados por uma delegação da Ordem dos Advogados em audiência com o ministro da Justiça.

Que se multipliquem as acções de apoio aos presos de Peniche!

Unidos, por aumento de salários

(continuação da 3.ª pág.)

lho lento não aceitando as explicações do patronato. OLIVEIRA & FERREIRINHA (Porto) — Em várias formas de acção, os trabalhadores reclamam aumento de salário e outras reivindicações. Num abaixo-assinado, os serralheiros reivindicam a

| | |
|-----------------------------|-----------|
| Viva o leninismo | 205\$50 |
| Viva o P.C.P. | 3.650\$00 |
| Idem | 70\$00 |
| Idem | 300\$70 |
| Idem | 1.367\$00 |
| Vive o genial Lénine | 20\$00 |
| Vladimir Ilich Lénine | 160\$00 |
| Idem | 20\$00 |
| Idem | 20\$00 |
| 8 de Março | 40\$00 |
| 2 ateñtados revolucionários | 400\$00 |
| 3 amigos do Ribatejo | 300\$00 |
| 1 ateñtado comunista | 20\$00 |

TOTAL 43.312\$50
Rectificação: No «Avante» n.º 429, onde se lê: Manuel Rodrigues da Silva (L) 100\$00 Idem (L) 100\$00 Idem (R) 100\$00 Idem (R) 100\$00
Teia-se: Manuel Rodrigues da Silva (L) 500\$00 Idem (L) 500\$00 Idem (R) 500\$00 Idem (R) 500\$00

«semana americana».

Ante a crescente disposição dos trabalhadores recorrerem a formas superiores de luta, o patronato mandou informar todas as secções de que haveria aumento geral no início de Novembro. SONAFI (Porto) — As secções de Montagem e Mecânica iniciaram um movimento de resistência às horas extraordinárias.

Como os trabalhadores marítimos da C.P. acabam de demonstrar, qualquer empresa ou qualquer secção pode empreender uma luta com sucesso, desde que saiba encontrar as necessárias formas de organização e aproveitar todas as oportunidades para agir.

Solidários com os vossos camaradas atingidos pelas repressões do patronato ou pela repressão policial, adiante na luta por aumento de salários, contra as horas extraordinárias, pela redução do trabalho semanal, contra a intensificação dos ritmos de trabalho, contra todas as formas de exploração!

RESISTÊNCIA NOS QUARTÉIS

● **VENDAS NOVAS** (Escola Prática de Artilharia). O descontentamento acumulado entre os instrutores de CSM, especialmente de atirador, pelo grande esforço que lhes é exigido na instrução, deflagrou estrepitosamente numa das noites da terceira semana de Outubro. Pelas duas da madrugada o oficial de dia e um grupo de oficiais e cabos instrutores apareceram numa caserna alojando mais de 100 homens) e aos berros mandam formar na parada. Os instrutores reagem com protestos e aos gritos de «ninguém forma!». Os instrutores ameaçam varrer a caserna a tiros de metralhadora. Os instrutores respondem que todos têm G 3 e balas roubadas na carreira de tiro. Os instrutores retriram enquanto toda a caserna lhes grita «Nazis! Fascistas! Fascistas!». As lâmpadas da caserna são desatarrachadas. Os instrutores voltam e tentam entrar na caserna, mas rechaçados por uma chuva de botas e travesseiros batem de novo em retirada. Terceira tentativa dos instrutores que entram a virar camas, mas de novo recebidos a golpes de botas e travesseiros voltam a retirar ameaçando irem buscar pedras, para lançar para dentro da caserna. Em face da ameaça os instrutores cobrem com os armários a porta da caserna e barricam-se para a resistência. Mas os instrutores não voltam a aparecer.

No dia seguinte tudo decorre com a maior normalidade, tudo se passa como se os acontecimentos da madrugada fossem um sonho de uma noite de Outubro.

● **SANTARÉM.** Em meados de Set. os soldados da recruta do C.S.M. protestaram contra a má alimentação batendo com os pratos no tempo da mesa. O oficial do dia mandou-os levantar, acusou-os de subversão, declarou que tal crime era punível com fogo e ameaçou puxar da pistola. Ao tornarem-se a sentar os soldados voltaram a bater com os pratos na mesa repetidamente e com mais força, mostrando não se serem intimidado. O oficial mudou de atitude e fez-lhes então um discurso conciliatório.

● **S. JACINTO** (B.A. 7). O novo segundo comandante, Sachetti (mano do pido) tem tentado fazer cumprir à risca as normas militares. E tem-se saído mal. Quis acabar com o hábito generalizado de se juntar mais um dia ao fim de semana, mas 50 mecânicos responderam-lhe com a ameaça de greve. O Sachetti recuou. A tentativa para impor a revista a sacos e malas à saída da porta de armas responderam os militares da base com uma espécie de «greve de zelo» e dos primeiros a serem vistoriados foram os oficiais de quadro. Estes recusaram o que deu origem a grande burburinho na unidade.

● **TANCOS.** (E.P.E.). Foi criada uma nova aula para o C.O.M. e C.S.M. chamada «ultramar». Para tornar as aulas mais vivas o oficial-professor resolveu fazer perguntas e suscitar questões.

Responderam-lhe os instrutores com objecções à guerra colonial e à exploração colonialista. O oficial furtivo se e alegou que não estava preparado para discutir.

* *

Estas notícias constituem uns quantos exemplos, a par das muitas deserções verificadas ultimamente, do profundo descontentamento que lavra nas forças armadas.

Elas põem mesmo em evidência alguns dos motivos concretos em que se radica o descontentamento-hostilidade ao fascismo e à guerra colonial, dureza da instrução, má alimentação, disciplina arbitrária — e apontam formas de acção que podem canalizar os diferentes graus e os diferentes níveis de descontentamento.

Elas confirmam, uma vez mais, o que o CC do Partido afirmava em Maio último: «A amplitude da opinião antifascista, a hostilidade à guerra colonial, numerosos actos de soldados, sargentos e oficiais milicianos, mostram que existe nas forças armadas um vasto campo de recrutamento e de actividade revolucionária». Actividade que exige o maior secretismo e discrição e implica também que a que e que quiser trabalhar revolucionariamente nas forças armadas saiba confundir-se na massa dos militares vivendo os problemas que são comuns a todos, promovendo a partir daí a passagem de mal estar à tomada de consciência, de descontentamento à organização e à acção.

Os «desbloqueados»

Até agora, pensavam os portugueses que o primeiro e principal inimigo da revolução popular era a ditadura fascista e que contra esta se deveria concentrar a luta de todos os democratas.

Eis, porém, que o radicalismo pequeno-burguês e anti-comunista faz uma «descoberta»: Segundo ele, o principal inimigo da revolução não é a ditadura fascista mas... o Partido Comunista! A revolução não andaria para a frente porque o Partido Comunista impediria as «forças revolucionárias» de fazê-lo, bloqueando o desenvolvimento da sua acção. O mesmo aconteceria à escala mundial: a URSS e o movimento comunista sacrificariam a revolução socialista a coexistência pacífica...

Vai daí de gritar que a grande tarefa das «forças revolucionárias» é «desbloquearem-se», concentrando os seus ataques no plano internacional contra a URSS e no plano nacional contra o Partido Comunista que os «bloqueava». Atingir, denegrir, caluniar, atacar sem escrúpulos o Partido Comunista, tornou-se o objectivo número um destes pseudo-revolucionários «desbloqueados», — tráfingos, desertores e traidores, agora unidos no que chamam uma «nova aliança revolucionária». Sem escrúpulos (dizemos) porque mentem, deturpam, inventam, intriguam com desvergonha raramente vista nos anais do anticomunismo em Portugal.

Verdade, verdade, quando gritam por uma «nova estratégia» novinha em folha, quando fazem

apelos às armas e afirmam que agora sim, «desbloqueados», vão fazer a revolução, repetem afinal o que muitos outros verbaltistas pequeno-burgueses, pseudo-revolucionários e anticomunistas, fizeram em várias épocas. Assim foram nos anos 30 os três AAA («Antifascista, Anti-Imperialista e Anticomunista») que se afundaram na sua própria actividade desagregadora e provocatória. Assim foi anos atrás um grupito que se chamava JAPPA de Argel. Assim foi o MAR («Movimento de Acção Revolucionária») a partir do momento em que a exaltação verbal de alguns (não de todos os seus componentes) foi desmentida pela completa incapacidade de acção prática. Assim foi a FAP maquista, afundada na sua própria acção desagregadora e desmantelada em pequenas aventuras. Assim foram diversas «frentes» (a do Nóbrega de Bamako, a do Queiroza no Brasil, a do Cerqueira de Marrocos, a de Patrícia Gowen), cujas palavras exaltadas e ultrarevolucionárias não chegaram para cobrir actividades provocatórias. E só não pomos na lista os homens da LUAR (apesar da falta de clareza dos seus objectivos e da sua existência sinuosa e apesar de que, mais de três anos após o assalto ao Banco da Figueira da Foz, ainda não iniciaram a prometida luta armada) porque alguns desses têm tido ao menos o mérito de falar pouco e procurar fazer mais. Assim são agora os aventureiros de Argel, Piteira, Alegre & C. e os tráfingos das Cartas Abertas, os «teóricos» de cadernos e cadernoalinhos, que, em luta contra o Partido Comunista, anunciam que vão fazer a revolução.

«Muito bem (podem dizer alguns) vamos a ver o que fazem». O que fazem? Pois fazem o que fizeram os seus antecessores. Afirmando-se «desbloqueados» prometem desencadear a luta armada e fazer a revolução. Antes a fizemos. Mas não. A sua especialidade são palavras, mais palavras e ainda mais palavras. O que fazem é procurar desorientar, dividir, desagregar, dificultar entrar o desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal. O que fazem (e esta é a sua «plataforma» comum) é atacar a única força política organizada que conduz em Portugal uma actividade revolucionária: o Partido Comunista.

A sua sorte será a mesma de todos os grupos, cujo esquema reparam. Farão barulho, farão escândalo, iludirão alguns. A verdade é que abrindo fogo (zestal e sem escrúpulos) contra a única força revolucionária organizada existente em Portugal, os «desbloqueados» pequeno-burgueses não escolhem o caminho da revolução (que não se pode fazer em Portugal sem o Partido Comunista) e muito menos contra o Partido Comunista) mas o caminho da desagregação e da provocação política. Ao fim e ao cabo, acabarão vergonhosamente afogados no próprio palavrado, numa eloquente demonstração de incapacidade e de impotência.

CONTRA O ESTADO POLICIAL DE M. CAETANO

Na sua recente visita às instalações da P.S.P. e da G.N.R., o prof. Caetano deu uma aula de verdadeiro ensino policial. Falou no ambiente de «prestígio» que aquelas polícias precisam de cultivar perante as populações e insistiu em que a acção policial deve ter um carácter essencialmente preventivo de preferência à «miss o repressiva».

«Meus senhores, — quis dizer M. Caetano — não se preocupem com o cerco às acções combativas do povo português. Intimidi e sorrindo e intimidado gritando. Depois disto poderemos mesmo apunhalar e matar entoadados, por causa do «prestígio».

Foi isto também que os comandantes da P.S.P. e da G.N.R. compreenderam. Um descompartido disse que sim, mas que também há que encerrar a acção repressiva. Ambos reclamam equipamento repressivo mais moderno, de acordo com a situação e os padrões com que as suas polícias têm sido ultimamente mineosadas, particularmente a G.N.R., para que possam desempenhar a «luta» mais adequada que lhes foi confiada pelo fascismo.

Muitos nos pinducitos di máquina repressiva, embor o governo ainda não apresente qualquer um dos novos modelos da sua organização e funcionamento anunciados com a mudança de nome, a PIDE-DG entrou há muito no trabalho e os seus métodos são seguidos e pridos de trabalhadores, como na Carris de Lisboa e S.T.C.P. do Porto, para que não apresentem resistências. Os seus métodos são seguidos e pridos de democratas, como ultimamente nas nésporas do 3 de Outubro, entre os quais o dr. Mário de Sá e Sá, o dr. Manuel de Sá, o dr. C.D.E. de Lisboa; incriminação de militantes democráticos «por participação em reuniões para discussão dos problemas da Carris de Lisboa» — processo-crime contra o Padre JOSÉ DA FELICIDADE ALVES, o arquitecto NUNO TEOTÓNIO PEREIRA, o estudante Carlos Vaz de Melo e o padre ABÍLIO TAVARES, pelo crime de publicarem os cadernos

nos GEDOC, e porque «certos círculos religiosos» e «determinados sectores da Igreja», no dizer de M. Caetano, — manifestam «tendências de auto poder» e «deixar de inquietar o poder civil»...

A recente libertação d'um democrata SOTTOMAYOR CARDIA, após uma campanha de protestos desencadeada pelo P.C., — um dos poucos casos de que foi submetido na PIDE-DG, mostrou mais uma vez que o acção pronta das massas pode pôr em tráfingos o aparelho policial fascista qualquer que seja a capa demagógica com que queira mascarar-se.

Atentando contra a liberdade dos trabalhadores e torturando a todos os democratas «mais consequentes, entre os quais se encontram muitos padres e católicos militantes ameaçados e torturados os conjugas de M. Caetano rotta a ser atingido pela condenação do Papa que ainda recentemente se pronunciou abertamente contra a tortura, os meios desumanos e cruéis de extorquir confissões da boca dos prisioneiros» e convidou os cristãos a passar à primeira linha para assegurar ao homem a sua liberdade e a sua dignidade na luta pela justiça e pela paz.

O «Estado Social» de que fala M. Caetano é na verdade um Estado policial. Um tribunal superior de primeira vez, acaba de denunciar por infringir as suas próprias leis. O Acórdão da Relação do Porto que declara ilegal para assegurar as prestações pelos aguidos quando não estejam assistidos pelos seus defensores, põe a si um cortejo de selvagens, os quais pedem a dir maiores dimensões à luta do povo português contra a repressão e pela Amnistia.

Semana de solidariedade às mulheres portuguesas

Uma delegação portuguesa, dirigida por Maria Luísa da Costa Dias, representando o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, esteve presente na sessão do Conselho da Federação Democrática Internacional das Mulheres, realizada em Budapeste, de 3 a 11 de Outubro.

Intervindo na sessão plenária, depois de ter sintetizado as características do regime fascista que oprime o povo português, a delegação portuguesa salientou em dado passo:

«Pelo que diz respeito ao nosso Movimento, podemos afirmar que os temas do Congresso Mundial das Mulheres são, na época actual, a colagem vertical de toda a actuação de uma organização feminina de massas. A nossa experiência vivida sob o duro condicionamento fascista enessa-nos e demonstra-nos até que ponto é intrínseca a ligação entre a conquista, a defesa e o exercício efectivo do direito da mulher, como mãe, trabalhadora e cidadã, do direito dos povos à independência, do pleno exercício da soberania nacional, à conquista da democracia e do progresso social construído em paz.»

Noutra passagem, desta intervenção, a delegação portuguesa expôs as direcções fundamentais em que se tem desenvolvido a actividade do Movimento das Mulheres Portuguesas, pormenorizando alguns aspectos dessa actividade.

O Conselho seguiu com mani-

festações de interesse e aplauso as duas intervenções portuguesas e no final do seu trabalho aprovou por unanimidade a seguinte resolução:

«Que uma semana de acção de solidariedade à luta das mulheres e do povo português pela conquista das liberdades democráticas se realize ainda no corrente ano, com a participação de todas as organizações nacionais femininas filiadas na Federação Democrática Internacional das Mulheres, em torno da data do 1.º de Dezembro.»

Aprovada pelas 72 organizações nacionais femininas dos 5 continentes presentes na reunião, esta decisão põe perante todo o povo português, e particularmente as mulheres democratas, a necessidade de corresponderem a esta manifestação de solidariedade internacional dando um novo impulso ao desenvolvimento da sua luta.

Assim o exige também a medalha de prata Eugénie Cotton, concedida ao Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas pelos serviços prestados à causa da conquista e defesa dos direitos da mulher, como mãe, trabalhadora e cidadã, à causa da felicidade da criança, da independência nacional, da democracia e da paz, da amizade e solidariedade entre as mulheres de todo o mundo.

Triunfo da unidade no Chile

A vitória de Salvador Allende, candidato da Frente Popular Unida, nas eleições presidenciais no Chile, teve como factores decisivos a unidade de acção das forças de esquerda chilena, baseada principalmente na aliança do Partido Comunista e do Partido Socialista.

Explorando o facto de Allende não ter obtido a maioria absoluta e da sua vitória ter que ser confirmada pelo Congresso, os diferentes sectores da burguesia derrotada nas urnas conspiraram contra a vida do candidato popular, assassinaram o chefe do exército esforçaram-se por desorganizar a vida económica, por criar um estado de inquietação na opinião pública que pressioneasse o Congresso a anular a vitória de

Allende ou, não o conseguindo, preparasse o terreno para um golpe militar de tipo fascista.

A confirmação da eleição de Salvador Allende pelo Congresso e a constituição dum governo com representantes de todas as forças, participantes na Frente Popular Unida, entre eles 3 comunistas, representa um novo triunfo assente num poderoso movimento de massas alicerçado na unidade popular em que o Partido Comunista do Chile desempenha o papel principal.

Saudando o Partido irmão do Chile, desejamos-lhe novos e maiores sucessos na luta pelo progresso do seu país, pela libertação do domínio imperialista norte-americano, pelo socialismo.

Ao lado do povo irmão do Brasil

Uma nova vaga repressiva, de monstruosas proporções, chama de novo a atenção do mundo inteiro para a luta abnegada do povo brasileiro.

Prisões em massa, bárbaras torturas e assassinatos, como o do revolucionário Joaquim Câmara Ferreira, levantam campanhas de protesto em toda a parte.

A própria hierarquia católica entrou em conflito com a ditadura militar de Médici que não tem poupado ao encarceramento e às torturas capelaes e militantes dos mais variados sectores religiosos. O Papa viu-se forçado a intervir e a apoiar activamente os protestos do episcopado brasileiro.

Nun momento em que as camari-lhas soberanas de Portugal e do Brasil estreitam as relações e alargam a cooperação, torna-se ainda mais evidente a semelhança das suas

características antipopulares e dos seus objectivos de opressão. Ambas lançam desesperados apelos aos cidadãos estrangeiros e à ajuda imperialista prossequindo a mesma política de traição nacional. Ambas negam hipócritamente que haja pressão política nos respectivos países. Uma e outra utilizam os mesmos pretextos de «violação da soberania nacional» impedindo que sejam visitadas as prisões políticas.

Impõe-se, assim, que o povo português lute ao lado do povo brasileiro a sua solidariedade activa e fraternal.

Que através de cartas, telegramas, abaixo-assinados e outras formas de acção, junto da Embaixada e Consulados do Brasil em Portugal, os trabalhadores, a juventude, as mulheres, todas as forças democráticas e progressistas do nosso país reclamem com energia o fim imediato da criminoso repressão policial no Brasil!

A «GUERRA PSICOLÓGICA» NÃO EVITARÁ A DERROTA COLONIALISTA

Vão longe os dias em que os altos comandos fascistas anunciavam por breve o fim vitorioso das guerras coloniais procurando lançar poeira nos olhos do povo português.

Os sucessos políticos e militares dos movimentos de libertação nacional, em Angola, Guiné e Moçambique, particularmente nos últimos tempos, desmascararam as bazofias dos fascistas-colonialistas forçando-os a adoptar nova linguagem.

Assim, o general Venâncio Deslandes, chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, depois de confessar que «não será fácil por enquanto pensar numa vitória total e definitiva», sugere o aumento da repressão policial em substituição da acção militar para assegurar «a paz e a ordem» às populações. O comandante chefe das Forças Armadas na Guiné, general Spínola, vê-se forçado a declarar que a guerra que ali se trava é «uma guerra política de natureza revolucionária, fundamentada em razões de ordem social». Por sua vez, o general Costa Gomes, comandante chefe das Forças Armadas em Angola, acaba de fazer esta declaração sensacional: «Hoje, só há uma revolução possível para esta terra: a do Ensino, a de promoção social, a de estruturação económica. E isso não se consegue com o modelo actual, se parte dos orçamentos nacional e provincial forem desviados para fazer frente ao conflito».

Estas mudanças de tática sugeridas pelos generais fascistas parecem contradizer Marcelo Caetano que ainda recentemente repisava sem brilho a velha tecla do «terrorismo». Na verdade, constituindo uma tentativa do fascismo para justificar a sua recusa ao reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos povos coloniais, demonstra também que os fascistas-colonialistas se sentem encurralados num beco sem saída e não hesitarão em recorrer a todas as táticas demagógicas para ocultar a guerra de genocídio que levam a cabo em Angola, Moçambique e Guiné.

Com as suas tropas entrencheadas nos aquartelamentos devido aos sucessos militares do PAIGC, o general Spínola acaba por revelar a «nar» toda a estratégia do Ocidente: «VENCER A REVOLUÇÃO DAS MASSAS COM A REVOLUÇÃO DAS MASSAS», em defesa da «civilização» ocidental!...

A sua tática demagógica e confusionalista baseia-se fundamentalmente na tentativa de criar para o terreno dos colonialistas as massas famintas e politicamente mais atrasadas dos povos coloniais através dum «revoltante campanha de corrupção».

Com o nome de «guerra psicológica», tal teoria já há muito se utiliza na estratégia praticada em Angola, Guiné e Moçambique. Com promessas de dinheiro, terras e emprego, ou simplesmente roupas e comida, os fascistas colonialistas fazem insistentemente miseráveis conpites à desercão e à traição tendo em mira a desorganização dos movimentos de libertação nacional. Milhares de p nifletos chovem diariamente com as suas bombas assassinas nas aldeias e no mato, prometendo dinheiro e outras recompensas áquelles que se vendam com a sua arma aos colonialistas.

Mas a chamada «guerra psicológica» tem ainda outros aspectos de que os fascistas não gostam de falar, como as chamadas «milícias» em que arregimentam bem

treinados agentes da Pide-DGS, mentalizados para os mais bárbaros crimes contra as populações donde são oriundos; o fusilamento para os desertores africanos dos exércitos colonialistas; o massacre dos prisioneiros de guerra; as prisões e as torturas de milhares de patriotas; os sistemáticos bombardeamentos de aldeias dizimando populações; as devastações das culturas com produtos químicos, etc.

Mas os fascistas colonialistas não têm ilusões. A cada passo manifestam a própria descrença na eficácia da sua odiosa «acção psicológica». Intensificam o envio de novos contingentes militares. Prolongam para 6 anos e meio o período de serviço militar. Decidem o tirocínio dos oficiais nas colónias. Lançam apelos constantes de maior ajuda aos seus patrões da OTAN. Assim fazendo, o ministro da Defesa reclama a rápida instalação de bases imperialistas nas colónias, fala na necessidade de transferir quartéis para ali, a pretexto de falta de espaço em Portugal (enquanto são cedidas parcelas do território português que os próprios imperialistas da OTAN estão utilizando para instalação das suas bases militares).

Acaba de ser reforçada em 800 mil contos a verba para o reequipamento extraordinário do exército e da aeronáutica. Subirá, assim para 2 milhões e trezentos mil contos a verba prevista para ser gasta em 1971-72. Só em 1969 11 milhões e 828 mil contos foram roubados ao estômago, à saúde, à cultura e ao bem-estar do povo português. Em 1970 uma verba ainda maior será seguramente devorada em gastos de guerra.

Vitalmente interessado em modificar o rumo ruinoso que o governo fascista de M. Caetano insiste em imprimir à vida nacional, o povo português deve opor-se cada vez mais vigorosamente às criminosas guerras coloniais, lutando em todas as frentes pelo derrubamento do fascismo, pelo termo das criminosas guerras coloniais através de negociações com o PAIGC, MPLA e FRELIMO com vista à independência dos povos coloniais para que sejam estabelecidas relações fraternais com os povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Radio
PORTUGAL
Livre

Voz do P.C.P.

Transmite diariamente das 8 às 8,30 em 19 metros, das 19 às 21 horas em 26 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

Rádio Moscovo

Todos os dias das 19,30 às 20 horas e das 20,30 às 21 horas, nas bandas de 31, 41 e 49 metros.